

# **Do clientelismo á democracia: a importância da política de turismo cultural para a formação de sociedades sustentáveis**

**Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos  
Roselys Izabel Correa dos Santos**

## **RESUMO**

A elaboração das políticas públicas de turismo cultural, essa entendida como um documento público no qual estão reunidos e materializados os pensamentos dos poderes públicos (nacional, estadual e municipal) - os objetivos, as diretrizes, as metas e as estratégias, relativos à organização do setor turístico em um determinado território (CRUZ, 2002; CRUZ, 2001) - tem ao longo dos anos, propiciado a manutenção de um cultura política aversa à formação de uma sociedade sustentável e conseqüentemente à valorização da cultura em seu sentido mais amplo. Como cultura entende-se tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação e também, como o resultado de uma história particular e suas relações com outras culturas (que podem ter características muito diferentes), trazendo em si uma amálgama de valores, hábitos, crenças e expectativas (FERRARA, 2002; SANTOS, 1988). Já como cultura política, entende-se o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (ALMOND, 1989). O conceito de sociedade sustentável, consiste na opção política de um novo futuro, voltada à garantia da integridade dos processos e dos recursos ambientais naturais, com base em sistemas políticos plurais (democráticos) (BORN, 2003). Com base em tais conceitos, realizar-se-á a análise da importância da cultura e do fomento da política pública de turismo cultural, para a alteração da cultura política da sujeição e para a gradativa transformação da sociedade em uma sociedade sustentável. A metodologia utilizada para este estudo foi a qualitativa, com finalidades descritiva e explicativa e com uso das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

**PALAVRAS CHAVE:** Cultura política, Cultura, Política pública de Turismo cultural, Sociedade sustentável

## **INTRODUÇÃO**

O início do século XXI, ainda marcado por preocupações manifestadas inicialmente na segunda metade do século XX, como a destruição dos recursos ambientais e a sua conseqüente proteção e utilização racional, os altos índices de miséria e pobreza, a profunda desigualdade social, a falta de investimentos em infra estrutura básica, em educação, em saúde, os altos índices de violência, a marcante interdependência entre os estados e países,

enfim, transparece de forma crescente, a ineficiência e a desigualdade do emprego das novas tecnologias em benefício do desenvolvimento.

A emergência da cultura enquanto uma questão estratégica no desenvolvimento social, ainda de forma tênue, tem instigado os Estados e as nações a perceber o significado econômico da cultura, já que se constatou que a cultura hoje também representa um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2003).

Isso porque verifica-se que as atividades econômicas, também tem passado por uma mudança significativa em seu paradigma de desenvolvimento, pois identificou-se que as principais fontes de riqueza que eram físicas, passaram a ser os ativos baseados no conhecimento (STEWART, 1998).

A passagem da Era Industrial para a Era da Informação indica também a formação de uma Nova Economia, que tem como ponto central não só a valorização do capital intelectual, mas também o reconhecimento da interdependência econômica mundial, que certamente prescindirá do arranjo internacional equitativo, que se traduz no surgimento de um espírito de cooperação, de investimentos em pesquisa, em desenvolvimento, em tecnologia, em infraestrutura e em educação. Tais investimentos tornam-se fatores determinantes para o desenvolvimento econômico e social das nações, por gerarem altos retornos no longo prazo e o crescimento potencial da economia (STEWART, 1998; STIGLITZ, 2003).

A conformação da Era da Informação e da Nova Economia encontram-se inseridas em um movimento mais amplo, que é o da globalização, caracterizada pelo deslocamento de bens e idéias pelo mundo com maior liberdade, a partir de uma íntima integração e interdependência dos países do mundo, que conseqüentemente prescindem de uma maior ação coletiva para a resolução dos problemas comuns e da tomada de decisões coletivamente (STIGLITZ, 2003).

Assim, os efeitos da globalização afetam a todas as sociedades presentes no mundo, bem como as discussões sobre o papel apropriado do governo, as maneiras como a economia influenciam a sociedade e sobre as limitações dos mercados, são discutidos em escala global, o que deveria acarretar uma maior segurança para todo o mundo. O maior problema é que a globalização política tem sido mais lenta do que a econômica (STIGLITZ, 2003).

A solução para enfrentar os problemas que surgem da globalização e propiciar a estabilidade do mercado global, para Stiglitz (2003), está no desenvolvimento de um espírito de cooperação e na criação de um arranjo internacional equitativo, no qual a imposição de interesses não terá lugar.

Especialmente sobre a valorização do capital intelectual, Stewart (1998) constata que as atividades econômicas também tem passado por uma mudança significativa em seu paradigma de desenvolvimento, pois identificou-se que as principais fontes de riqueza que eram físicas, passaram a ser os ativos baseados no conhecimento.

É neste cenário mundial que se inserem os questionamentos acerca da cultura política brasileira e suas implicações no desenvolvimento da sociedade, da importância da política cultural para a formação de uma sociedade democrática, participativa e sustentável.

Porém, torna-se importante salientar que a discussão levantada sobre as questões culturais, assim como a posterior proposição de políticas e sua efetivação por meio de ações, não comporão a salvação de um plano de desenvolvimento, mas certamente formarão as bases para que o mesmo aconteça. Isto porque, a discussão das questões culturais prioritariamente tratam do ser-humano, da satisfação de suas necessidades sociais (conforto, emoção, identidade, sentimento de pertencimento a um grupo entre outras) e é a partir da valorização do ser humano que passa-se a pensar em desenvolvimento equitativo, em fortalecimento da democracia e na formação de uma sociedade sustentável.

A pretensão que se tem com este artigo é de instigar os leitores à criação, validação e concretização de propostas factíveis capazes de minimizar os problemas iniciados no século XX e que abalam ainda hoje a sociedade.

## **CULTURA POLÍTICA: DAS PRÁTICAS CLIENTELISTAS À DEMOCRACIA**

A cultura política brasileira ainda se atém à cultura política da sujeição, em função das relações clientelistas que permeiam a relação mais ampla da sociedade com o poder público.

A manutenção do posto que o Brasil ocupa no *holl* dos países subdesenvolvidos é garantida e pode em grande parte ser atribuída à cultura política do país, que reflete não só a desigualdade social e a pobreza – propiciadas por padrões de mando e subserviência assentados no domínio territorial de um passado pouco longínquo – como também à ausência da democracia plena, o racismo, à crença exacerbada na força do mercado para a regulação da sociedade e na idéia de progresso.

Em uma discussão acerca da desigualdade social presente na cultura política brasileira, Sales (1994) argumenta que o resgate do domínio territorial pela instituição do latifúndio,

nossa herança colonial do poder privado dos senhores de terras, faz-se necessário para o entendimento da “falta” de cidadania da sociedade brasileira.

O domínio territorial se fez a partir da constituição da relação de mando e subserviência, que na ciência política, associa imediatamente o poder com a obediência. Elementos desenvolvidos a partir de tal relação apresentam, segundo a autora, uma continuidade na cultura política atualmente em vigor, através do que ela denomina de cidadania concedida (SALES, 1994).

A cidadania, “construída pela adição progressiva de novos direitos àqueles já existentes” (MARSHALL apud SALES, 1994), é fator indispensável para a construção da democracia e deve situar-se acima dos limites e das imposições estabelecidas no passado pelo domínio territorial (SALES, 1994).

Já a democracia, de acordo com Stiglitz (2003), caracteriza-se como um processo deliberativo no qual as diferentes vozes e visões são ouvidas e levadas em consideração, pois ela depende da participação significativa da comunidade na tomada de decisões, depende do entendimento dos problemas básicos com os quais a comunidade se defronta e do entendimento de como funciona o seu governo. O seu objetivo é fazer com que o desejo da classe média predomine e que a política reflita seus valores e percepções, pois o modo como as comunidades funcionam tem grande impacto sobre o bem estar de cada indivíduo da sociedade.

Porém, os direitos da sociedade, outorgados pela cidadania, no Brasil estão muito aquém de fazer parte das camadas mais pobres, que nem ao menos tem suas necessidades básicas (alimentação, saúde, moradia) atendidas. Dessa forma, a democracia brasileira contemporânea ainda assiste à implementação de políticas sociais calcadas em relações clientelistas mais elaboradas, ou seja, em um sistema de reciprocidade no qual os direitos do eleitorado configuram-se como donativos (SALES, 1994).

O mecanismo de clientelismo contemporâneo, transferiu o papel do poder privado dos coronéis para os políticos representantes do Estado, assim como centralizou o poder na figura do poder público, que sob a fachada do compromisso com a democracia promove a manutenção das práticas clientelistas. A concessão e a obtenção de favores ao longo dos anos tem cada vez mais reforçado a cidadania concedida, que imperra a construção e consolidação da cultura política da participação e conseqüentemente do cidadão participativo e da democracia plena (SALES, 1994).

A informalidade do convívio social, somada a todos os problemas supracitados, aparenta uma igualdade de classes, que freqüentemente oculta e concilia as disparidades

sociais, que antes de serem resultantes de condições econômicas, são resultantes da condição de submissão política e social (SALES, 1994).

A submissão política e social a que está envolta a sociedade, para Sales (1994), advém, portanto, da cultura política da dádiva, oriunda do monopólio de mando- pelo domínio territorial - e do estado de compromisso- este último derivado da República Velha.

A permanência dessa submissão, enquanto condição *sine qua non* para composição do tecido político, social e cultural, explicita a existência de um problema mais complexo, diretamente atrelado à formação de um paradigma de sociedade dissociado da prática democrática plena, portanto um problema fundamentalmente cultural.

Isto é possível afirmar, a partir da observação de que todos os seres humanos nascem providos do mesmo “equipamento anatômico” e que ao longo do tempo, dotam esse equipamento de conhecimentos aprendidos socialmente a partir da articulação com os demais membros da comunidade/sociedade. Assim, toda apreensão de conhecimentos gera quase que instantaneamente um ou dois tipos de mudança cultural: uma interna – “resultante da dinâmica do próprio sistema cultural” - e uma diríamos externa – resultante do “contato de um sistema cultural com outro” (LARAIA, 2001, p. 70;96).

A alteração do paradigma norteador do desenvolvimento social e conseqüentemente da cultura política atualmente instaurada, necessita para a formação de um Estado nação, do exercício diário da prática democrática plena por parte da sociedade.

O desenvolvimento de um Estado nação, conforme configuração política administrativa atual, na sua plenitude e envolvendo a melhoria da qualidade de vida da população e a garantia de bem estar social (ou seja, desenvolvimento harmônico social, político, cultural, ambiental e econômico), é diretamente dependente da existência de uma sociedade democrática e participativa, da participação responsável da iniciativa privada e do terceiro setor e da atuação do setor público como planejador, legislador, regulamentador, empreendedor, incentivador e gestor da sociedade e do espaço, sendo todos esses atores balizados pelo princípio da sustentabilidade (HALL, 2001 apud CRUZ, 2002).

A apropriação dos questionamentos feitos acima, servem para uma breve análise da importância da política de turismo cultural para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis e conseqüentemente, para o desenvolvimento do turismo sustentável. Por sua vez, a realização dessa análise levará à um novo questionamento: até que ponto a diversidade cultural, emanada da miscigenação dos povos que iniciaram a formação de uma “sociedade brasileira”, atrelada aos bens culturais que constituem os atrativos turísticos brasileiros e quase sempre compõem

a herança colonial brasileira, reproduzem voluntariamente as relações clientelistas a que a sociedade está envolta ?

A cultura é entendida como tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação e também, como o resultado de uma história particular e suas relações com outras culturas (que podem ter características muito diferentes), trazendo em si uma amálgama de valores, hábitos, crenças e expectativas (FERRARA, 2002; SANTOS, 1988).

A representação da cultura se dá através do uso de símbolos, que propiciam a compreensão da manifestação cultural e que naturalmente sofrem ressignificações, de acordo com a natureza, modo e ou forma que se apresentam (FERRARA, 2002).

Portanto, a cultura também dinâmica, está suscetível a constantes impactos das transformações estabelecidas nos âmbitos dos espaços e dos tempos (FERRARA, 2002). Além disso, são esses mesmos âmbitos que tornam claras a diversidade, o exótico e a singularidade.

O Patrimônio Cultural, segundo Boham (apud Lemos 1981), constitui-se de três categorias de elementos, que são os elementos pertencentes ao meio ambiente (os recursos naturais), os elementos intangíveis (o conhecimento, as técnicas, o saber fazer, o fazer, as lendas etc.) e os bens culturais (objetos, artefatos e construções etc.).

Além disso, Pellegrini (1993, p.94) completa afirmando que,

modernamente se compreende por patrimônio cultural todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico.

Para Camargo (2002), o patrimônio cultural é considerado a herança e a identidade cultural que não se quer perder ou enquanto identidade nacional, que se quer afirmar ou reafirmar, ainda que se desloque e se descentre em nossos dias.

Já o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é definido pelo SPHAN *apud* Lemos (1981, p.43) como:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Porém, Neves (2003) constatou uma mudança recentemente empreendida no conceito de cultura, que excluiu o seu caráter elitista e recebeu uma certa conotação democrática, tenta

ao menos aparentemente, atribuir valor igual à produção cultural dos diversos segmentos sociais. Porém, uma sociedade marcada pela heterogeneidade e desigualdade social, como a brasileira, transparece o acesso diferenciado aos elementos necessários à materialização da esfera simbólica do patrimônio cultural.

Assim, apesar de todos os conceitos formulados sobre Cultura, Patrimônio Cultural e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sinalizarem uma pretensa universalidade na expressão cultural dos povos e ou das nações, percebe-se que nem sempre essa se efetiva, também pela fragilidade da construção das identidades, da formação do espaço necessário para a realização da cidadania e da inclusão social e também, pela falta de percepção do potencial de desenvolvimento social intrínseco da cultura (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2003).

Em razão desses fatos, far-se-á necessário a redefinição dos papéis institucionais privados e públicos, especialmente no tocante à satisfação do interesse público e à proteção dos bens comuns existentes em nível local e global, através das ações de mobilização da sociedade civil ativa e da auto-regulação participativa (RIBEIRO, 2000; EGRI; PIENFILD, 1999).

Toda e qualquer proposta de desenvolvimento de um setor da vida social, como por exemplo o turismo cultural que aqui está sendo tratado, terá efetividade se a mesma for pensada em razão de uma convivência mais harmônica entre os seres humanos e desse com o meio ambiente. Portanto, iniciar a caminhada na direção do desenvolvimento de uma nação a partir de uma proposta de mudança social, resultará em iniciar a mudança do problema chave: a sociedade.

Isto não quer dizer, que as propostas de desenvolvimento precisam restringir-se às ações que propiciarão resultados positivos apenas à mudança de um paradigma social, mas que as propostas devem envolver em seus objetivos, também uma pequena contribuição para a alteração desta apatia da participação social e conseqüentemente, das práticas clientelistas.

Dessa forma, iniciativas locais que aparentem uma mudança efetiva em uma pequena parte do sistema mundial, podem ao longo do tempo ter sua dimensão ampliada, motivando um efeito de grande transformação em nível macro nesse sistema (EGRI; PIENFILD, 1999).

O turismo cultural, neste estudo, é entendido como aquele que caracteriza-se pela procura de estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações e a elaboração das políticas públicas de turismo, ou de turismo cultural, se fazem prementes diante da capacidade do

turismo de impactar e transformar positiva e ou negativamente os espaços. (BARRETO, 2000; CRUZ, 2002).

O único ente ao qual, na atualidade, confere-se a legitimidade para exercer a representação dos interesses coletivos, é o Estado e este deve ter por objetivo o atendimento do interesse público acima dos interesses individuais (CRUZ, 2002; RIBEIRO, 2000).

O atendimento do interesse público faz-se primeiramente através da elaboração de políticas públicas setoriais, como por exemplo a política pública de turismo e de turismo cultural, em dimensões nacional, estadual, municipal, regional e ou local. Ela materializa-se em um documento público no qual estão reunidos os pensamentos dos poderes públicos (nacional, estadual e municipal), ou seja, os objetivos, as diretrizes, as metas e as estratégias, relativos à organização do setor turístico em um determinado território (CRUZ, 2002; CRUZ, 2001).

A elaboração de políticas públicas de turismo cultural, especificamente, devem empreender-se pela transversalidade, em sintonia com as outras políticas setoriais e baseadas em informações, dados e análises que não só orientem a elaboração das políticas, mas também possibilitem o acompanhamento e a avaliação das mesmas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2003).

Portanto, o processo de organização do setor turístico é fundamentalmente uma responsabilidade do Estado, que o gerenciará com base em cinco áreas de envolvimento entre o setor e o poder público, que são o planejamento, a legislação, a regulamentação, o incentivo e o empreendedorismo (HALL, 2001 apud CRUZ, 2002).

Porém, a valorização e a proteção do patrimônio cultural e mais especificamente, do patrimônio arquitetônico, enquanto dever do poder público, não deverá ser pensada dissociada da ação, da responsabilidade e dos direitos da sociedade. Isto contribuirá para o desenvolvimento da memória coletiva, para a construção das identidades (conservando vivo um laço com o passado), para a construção da nacionalidade e para a formação da sociedades sustentáveis, cidadãs, efetivamente ativas e participativas.

Passada a fase de elaboração da política pública de turismo, inicia-se um outro processo que é o de formulação do planejamento público do turismo, que também constitui-se como um processo político- ideológico, porém contínuo, já que deve ajustar-se às transformações sócio- espaciais ocorridas ao longo do processo, que podem ou não influenciar o alcance dos objetivos (CRUZ, 2002)

Porém, a constatada ineficiência na elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade turística e a consideração, de um conceito de

cultura, na prática ainda elitista, propiciou a elaboração de políticas de preservação do patrimônio cultural que privilegiavam os poderes oficiais e as elites, assim como propiciou a criação de estereótipos, que incorporados às políticas públicas de turismo tem propiciado a manutenção da submissão política e social e das desigualdades, já que ainda hoje os cidadãos não atuam em conjunto com o Estado na elaboração de políticas (NEVES, 2003).

Ao contrário do pensam aqueles que desconhecem o processo pelo qual uma sociedade deve passar para a modificação de seu comportamento e que anseiam por um resultado positivo à curto prazo, a mudança de um paradigma de desenvolvimento insustentável, não configura uma utopia, mas um processo de longo prazo, com a alteração gradativa dos processos e sistemas atuais, em outros mais sustentáveis.

O turismo cultural poderá participar desta alteração gradativa, inicialmente contribuindo para a não manutenção da desigualdade social e da pobreza, através do estímulo, da valorização e suporte à produção cultural popular.

Tal estímulo e valorização da produção cultural, que majoritariamente é responsabilidade do Estado, deve inicialmente promover a sensibilização da sociedade, para o fato de que a existência do indivíduo não está dissociada da realidade, ou seja, o indivíduo é participante ativo da realidade, mesmo que não tenha consciência disso (SANTOS, 2001).

A adoção de uma postura de sensibilização prevê uma ação educativa, que promova o conhecimento do patrimônio cultural e o reconhecimento de seu valor e significado, o que conseqüentemente propiciará a formação de uma “identidade cultural”, da postura crítica e da conscientização do indivíduo enquanto construtor da história (SANTOS, 2001; GUIMARÃES, 1995).

A conscientização, segundo Guimarães (1995, p. 32), consiste em possibilitar ao indivíduo o questionamento crítico de seus valores e dos valores estabelecidos pela sociedade, permitindo também a construção do conhecimento e a crítica aos valores através de sua realidade, na “busca de uma síntese pessoal que refletirá em novas atitudes”.

A constituição de uma nação depende diretamente da auto-valorização social, da conservação consciente do patrimônio cultural e da identidade da sociedade, através da manutenção da cultura exercida pelos membros da comunidade de um determinado espaço e não por agentes externos. São esses fatores os responsáveis pela representação da diversidade, da autenticidade e da singularidade, tão perseguidos pelo turismo (SANTOS, 2001).

Portanto, o desenvolvimento do turismo cultural e de uma sociedade que faça pleno uso da democracia, constituem-se como variáveis que precisam desenvolver-se concomitantemente e numa relação de interdependência, já que a valorização da diversidade

cultural pressupõe o reconhecimento das mais diversas formas de expressão, o entendimento de que o desenvolvimento de uma nação prescinde da valorização de suas raízes histórico-cultural e o papel que a sensibilização do indivíduo tem na construção de uma consciência coletiva (SANTOS, 2001; GUIMARÃES, 1995).

Dessa forma, a importância do desenvolvimento de atividades de turismo cultural, que apropriam o patrimônio cultural como atrativo principal, justifica-se frente ao reforço das identidades locais, frente à relevância das atividades culturais e de lazer para o estímulo à inversão dos baixos índices educacionais e à valorização da expressão simbólica de cada povo ou nação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O turismo cultural, como constatado anteriormente, por lidar com o fomento e a divulgação do patrimônio cultural de uma sociedade, deveria ter intrínseco à sua lógica de manifestação, o conceito de sustentabilidade. Isto porque a cultura, tem por finalidade, constituir-se como um meio de expressão dos diversos segmentos sociais (CAMARGO, 2002).

Porém, assim como todos os outros setores da sociedade, o turismo encontra-se envolto à uma cultura política que ainda não privilegia de forma plena o exercício da cidadania e da democracia.

Esta situação é facilmente comprovada, pelo cenário de grande desigualdade e de profunda miséria ao qual está inserida a sociedade. Consequentemente, por não dispor nem ao menos da satisfação de suas necessidades básicas, larga parcela desta sociedade também não tem acesso aos diferentes elementos e à tecnologia necessária a representação e expressão de sua cultura.

Outro processo que não encontra bases sólidas para desenvolver-se, simultaneamente à ausência da expressão cultural, é o da formação da memória coletiva e das identidades locais, regionais e ou nacionais.

Com isso, verifica-se que o enfraquecimento do tecido social e o desprezo à conservação do patrimônio cultural, é diretamente dependente da cultura política da dádiva e da sujeição, tanto quanto é ator da mesma.

Isto porque, a redefinição dos papéis institucionais privados e públicos, especialmente no tocante à proteção dos bens comuns existentes em nível local e global, através das ações de mobilização da sociedade civil ativa e da auto-regulação participativa (RIBEIRO, 2000;

EGRI; PIENFILD, 1999), não configura-se como uma utopia, pois pode-se perceber que as cíclicas alterações sociais e culturais da sociedade, produzem ininterruptamente novos conhecimentos e informações sobre realidade, que aderem-se aos conhecimentos anteriormente formulados, para a construção de uma nova realidade. Portanto, não há “começo absoluto”, assim como “novas visões de mundo não se institucionalizam” sem qualquer base real, ou seja, a partir da conservação de uma herança cultural, da qual inicia-se o processo de acréscimo das novas informações e conhecimentos adquiridos (CHOAY, 2001, p. 112; LARAIA, 2001).

Espera-se que o patrimônio cultural, através do turismo cultural, seja capaz de proporcionar experiências sociais, que evoquem as referências da origem e desenvolvimento de um povo ou nação, já que, de acordo CHOAY (2001), o surgimento das memórias artificiais (imprensa e as técnicas de gravação da imagem e do som) possibilitou a representação autêntica ou a réplica visual do bem, dissociada de seu valor utilitário.

Além disso, identifica-se com o turismo cultural, a possibilidade da conservação do patrimônio cultural brasileiro, de sua valorização e de uma alternativa de desenvolvimento do turismo frente ao problema da sazonalidade, já que o mesmo tende a propiciar o desenvolvimento sustentável de toda a atividade turística, incentivando a valorização da cultura local e regional, necessitando da participação de todos os seus agentes (sociedade, iniciativa privada e pública) para o seu planejamento e evitando a redução dos povos e de suas culturas a objetos de consumo, o que minimizará a possibilidade das manifestações culturais serem manipuladas de acordo com os interesses da lógica de mercado e descartadas quando não mais houver interesse econômico por determinada localidade.

Para que os elementos do patrimônio cultural, entre eles o patrimônio arquitetônico, sejam conservados e ou preservados de forma eficiente e tenham a sua representatividade resguardadas, torna-se necessário que as relações e funções originais, na medida do possível, sejam mantidas. Porém, o intuito não deve ser o de manter o patrimônio intacto, pois as relações que eram estabelecidas em um determinado espaço já não mais existem e a própria cultura através de sua dinamicidade encarregara-se de fazer o inverso.

A partir essencialmente do atendimento de tais pressupostos, a valorização e a proteção do patrimônio cultural e mais especificamente, do patrimônio arquitetônico, enquanto dever do poder público, não deverá ser pensada dissociada da ação, da responsabilidade e dos direitos da sociedade. Isto contribuirá para o desenvolvimento da memória coletiva, para a construção das identidades (conservando vivo um laço com o

passado), para a construção da nacionalidade e para a formação das sociedades cidadãs, efetivamente ativas e participativas.

O Estado, através das diferentes escalas do poder público e da ação conjunta com os diferentes agentes sociais, encontra as vias necessárias à valorização, à conservação e ao estímulo à expressão cultural, que deverão efetivar-se a partir do estabelecimento de relações sociais calcadas no auto-conhecimento e do planejamento e gestão de projetos educativos e interpretativos, que orientem as ações das comunidades locais, forneçam as ferramentas e os elementos, assim como facilite o acesso às tecnologias necessárias à produção cultural.

## REFERÊNCIAS

ALMOND, G. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little & Brown, 1989.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2.000. (Coleção Turismo)

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9. Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2.003.

BORN, R. H. Articulação do capital social pelo movimento ambientalista para a sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil. In: TRIGUEIRO, A (Coord). **Meio Ambiente no século 21**. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 107-121.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2.002. (Coleção ABC do turismo)

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Política de turismo e território. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2.001. (Coleção Turismo)

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: SOUZA, Maria José de. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2.002. p. 25-38.

EGRI, Carolyn P.; PIENFIELD, Laerence T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1.999. p. 363–399.1 v.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2.002. p. 15-24.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 4 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1.995. ( Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2.001.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1.981.

NEVES, Berenice A de C. Patrimônio Cultural e identidades. In: MARTINS, Clerton (org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2.003. p. 49-61

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNECO Brasil, 2.003.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e planejamento sustentável: a produção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1.997.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, ano 9, São Paulo, p. 26-37, jun. 1.994.

SANTOS, Jose Luiz dos. **O que é cultura**. 6. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1.988. (Coleção primeiros passos)

SANTOS, Roselys I. C. dos. Uma abordagem histórico- cultural do turismo. **Turismo- Visão e Ação**, v. 1, n. 1, Itajaí, p. 19-29, jan./jun. 1.998.

SANTOS, Roselys I. C. dos. Conhecimento, conscientização e preservação de patrimônio cultural para a prática do turismo. **Turismo- Visão e Ação**, n. 8, ano 4, Itajaí, p. 111-116, abr./set. 2.001.

STEWART, Thomas A **Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1.998.

STIGLITZ, Joseph E. **Os exuberantes anos 90**: uma nova interpretação da década mais próspera da história. Tradução: Sylvia M. S. C. dos Santos, Dante M. Aldrighi, José Francisco de L. Gonçalves, Roberto Mazzer Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2.003.